

Movimento sindical e ações de desenvolvimento rural na região de Marabá

A construção de um nível regional de ação em parceria

Jean Hébette

Travessa Mercedes, 07, São Brás 66093-630 Belém – PA jean@ufpa.br

Resumo:

O presente artigo propõe-se analisar a contribuição do movimento sindical dos trabalhadores rurais às ações de desenvolvimento empreendidas em prol da agricultura familiar numa região de fronteira agrícola, na Amazônia Oriental brasileira. Retrata, numa primeira parte, a história das lutas daquele sindicalismo na região. Mostra como se buscou instituir uma instância de pesquisa e de desenvolvimento, o Centro Agroambiental do Tocantins/CAT, que reuniu os sindicatos da região com vistas a uma ação conjunta de desenvolvimento com instituições de pesquisa e de assistência técnica. Numa segunda parte, tenta-se ilustrar como, através desta organização original, criou-se um novo nível de intervenção na cadeia que vai do local ao municipal, ao micro-regional e ao estadual. Uma cadeia articulada, em todos os níveis, em torno do movimento sindical como integrador de ações de desenvolvimento. O texto objetiva mostrar as potencialidades, dificuldades, limitações e desafios desta construção e de sua operacionalização. Conclui pela aptidão do movimento sindical a construir suas estratégias de desenvolvimento através de um processo interativo, carregado, certo, de tensões, mas cuja superação se mostra possível mediante uma reflexão coletiva constante, apoiada pela pesquisa, sobre sua prática.

Palavras-chave: Sindicalismo dos Trabalhadores Rurais. Desenvolvimento rural. Fronteira amazônica.

Abstract:

This article analyses the role of farmers' unions in development activities related to family farming at a frontier region located in eastern Amazonia, Brazil. The first part details the history of the struggle of the unions' movement in this region. It describes the creation of a research and development program, CAT (Centro Agro-ambiental do Tocantins), which united the region's unions to facilitate the implementation of development activities in conjunction with research and extension institutions. The second part of this article shows how, through this innovative organization, a new level of social intervention was created, which extends from local level to municipal, micro-regional and state level. A chain linked at all levels by the farmers' unions movement, which integrated development activity. This text reveals the potential, difficulties, limitations and challenges of creating and implementing this type of program. It concludes by saying that a unions' movement can create its own development strategies through an interactive process, and that internal tension can be overcome through continuous collective reflection on practice, supported by research institutions.

Keywords: Farmers' Unions, Rural Development, Amazonian Frontier.

Résumé:

Cet article analyse la contribution du "mouvement" des Syndicats de Travailleurs Ruraux (STR), au développement d'une zone particulière du front pionnier de l'Etat du Pará, en Amazonie brésilienne. Même s'il s'agit d'un cas d'espèce pourvu de particularités significatives qui fonde son intérêt, et sans le priver d'une certaine valeur de référence, son analyse n'autorise pas pour autant à l'ériger en modèle. Pour le comprendre, il convient de le situer dans son contexte aux multiples facettes.

L'étude commence précisément par situer le "mouvement syndical" local dans le syndicalisme paysan du Brésil tout au long des quatre dernières décennies. Il s'agit d'un syndicalisme fortement marqué, au niveau national, par des influences politiques, syndicales et religieuses largement extérieures à la paysannerie: celles de l'Eglise catholique, du Parti Communiste Brésilien (PCB), et du syndicalisme urbain inspiré d'expériences syndicales européennes de type corporatif, mais profondément retravaillé, au niveau local, par des paysans migrants, au creuset d'une dure expérience de front pionnier sous la coupe de gouvernements militaires particulièrement répressifs.

C'est dans ce contexte que s'établit, au niveau régional, la rencontre entre ce syndicalisme paysan en fermentation, organisé, pour la cause, en Fondation, la FATA (Fundação Agrária do Tocantins Araguaia), et la recherche scientifique menée par l'Université Fédérale du Pará, donnant ainsi naissance à un projet original, et par ailleurs assez complexe, de développement rural en coopération franco-brésilienne, dénommé Programme Centro Agro-ambiental do Tocantins (CAT), qui place le "mouvement syndical" en situation politique et économique privilégiée.

Après cette présentation, indispensable, l'étude passe en revue, d'un point de vue sociologique, et sur une toile de fond historique, quelques aspects significatifs de la contribution syndicale en faveur du développement rural aux divers niveaux: local, municipal, micro-régional et régional, essayant d'en discerner les potentialités, les difficultés et les limites. Un accent particulier est mis sur la dialectique interactive et porteuse de tensions entre ce que l'on pourrait appeler les formes de pensée et les modes d'action traditionnels de la paysannerie et les structures organisationnelles propres au syndicalisme, et sur la complexité qui résulte des composantes qui se disputent l'identité personnelle, si l'on peut dire, des principaux acteurs du développement rural régional: des petits paysans de front pionnier, à la fois militants syndicaux formés à l'école des communautés chrétiennes, engagées et confrontés au défi économique et politique d'une insertion dans une société en rapide intégration "globale". Le développement rural est envisagé dans ses différentes dimensions d'acquisitions techniques, d'apprentissage de l'action concertée et organisée et d'adaptation culturelle à un monde aux interdépendances multiples.

Une double conclusion s'impose, parmi d'autres: dans cette société composée d'immigrants déracinés, qui veulent reconstruire leur sociabilité dans le cadre d'un front pionnier dépourvu d'un réseau d'institutions et de structures éprouvées par le temps, le Syndicat des Travailleurs Ruraux, en dépit de sa fragilité, est appelé à apporter une contribution importante au développement rural, mais, en même temps, l'impact et la portée de cette contribution dépendent, en bonne partie, des qualités et des limitations personnelles et collectives de ses acteurs en responsabilité et est, par conséquent, très variable d'un local à l'autre.

Mots-clefs: Syndicalisme des Travailleurs Ruraux, Développement rural, Front pionnier amazonien

Introdução

O propósito deste estudo é de analisar a contribuição do sindicalismo dos trabalhadores rurais em prol do desenvolvimento rural, suas potencialidades, suas dificuldades e seus limites, numa região específica delimitada como área de atuação do Programa Centro Agro-ambiental do Tocantins/CAT, envolvendo seis municípios e seis Sindicatos dos Trabalhadores Rurais/STR's em torno da cidade de Marabá.

É bom ressaltar, desde já, que a referência ao Programa CAT, cujas origens serão explicadas mais adiante, não aparece neste estudo apenas como referência geográfica de uma área de ação coletiva de natureza sindical, mas muito mais como um dispositivo institucional associado ao movimento sindical desde 1988, precisamente para orientá-lo e reforçá-lo numa perspectiva específica de desenvolvimento sócio-econômico do campesinato na fronteira do sudeste paraense (Hébette, 1991 a, d; Barros, 1991).

A ação sindical tem assumido, naquela região, características específicas, que a diferenciam bastante da ação sindical em outras áreas. Basta referir-se, por exemplo, à constante coordenação, nas próprias áreas daqueles STR's, de ações que transcendem nitidamente os limites e a alçada individual dos respectivos STR's, estruturando um novo espaço pertinente de intervenção na cadeia que vai do local e do municipal ao estadual. Como os anteriores, este espaço não tira sua especificidade apenas de sua dimensão espacial, mas também e sobretudo, de suas concepção e estrutura próprias.

Diante da amplitude do tema, torna-se necessário ressaltar que as reflexões seguintes se restringem à ação sindical no quadro do que sói chamar-se "ações de desenvolvimento". E, de início de conversa, deve-se deixar claro que o potencial da ação sindical em termos de desenvolvimento, na área do CAT, padece de algumas limitações gerais que, em boa parte, a transcendem: a primeira, e mais decisiva, reside no quadro geral da sociedade brasileira e nos seus sucessivos governos, que têm, secularmente, marginalizado o campesinato; a segunda é a pobreza material do campesinato local, da qual o sindicalista não foge, a não ser deixando a prática agrícola para se projetar em cargos políticos ou para assumir responsabilidades burocráticas em entidades ligadas à agricultura ou questões afins; a terceira diz respeito às próprias características estruturais e históricas do sindicalismo rural brasileiro; a quarta se refere à capacidade de superar as contradições entre formas de organização baseadas nas relações primárias, típicas do campesinato, e os modelos organizativos peculiares da organização profissional. Este estudo deter-se-á nos dois últimos desses condicionamentos.

A primeira parte do estudo evoca o contexto sócio-institucional em que vive e atua o sindicalismo da região de Marabá; a segunda parte analisa suas ações de desenvolvimento, suas potencialidades e limitações específicas; as conclusões extraem algumas lições dessa experiência original.

1. O sindicalismo no campo no sudeste paraense (1940-1997)

1.1. Da ambigüidade sindical à reconquista da legitimidade

Para entender a ação do Sindicalismo dos Trabalhadores Rurais na área do CAT, é útil relembrar algumas das características desta organização. O Sindicalismo dos Trabalhadores Rurais no Brasil tem uma história bastante complexa. Nasceu na sombra de instituições não específicas do mundo camponês, notadamente o Partido Comunista Brasileiro/PCB, pouco propenso a estimular a persistência do campesinato, e a Igreja Católica, ao contrário, mais próxima do mundo rural do que do urbano-industrial, mas pouco levada, no Brasil da época, a se engajar numa perspectiva de luta de classes. O sindicalismo rural sofreu, portanto, desde seu berço, uma forte orientação prática, no dia-a-dia, de militantes alheios à categoria, mais intelectualizados e ideologizados do que a maioria dos líderes camponeses.

Nasceram assim, em meados do século, uma grande diversidade de organizações rurais (Medeiros, 1989:76). Frequentemente, reuniam, ao mesmo tempo, empresários, arrendatários, parceiros, moradores de fazenda e trabalhadores assalariados (Guerra, 1988). Quando se deu a transformação dessas organizações em sindicatos, no final dos anos 1950 (Füchtner, 1980: 186), ela se fez sob o modelo do sindicalismo urbano-industrial enquadrado na camisa de força e nas normas rígidas da Consolidação das Leis Trabalhistas/CLT promulgada em 1943 sob o governo de Getúlio Vargas que, até hoje, não se afinam bem com a realidade do campo.

Na região de atuação do Programa CAT, os STR's têm uma história bastante recente, embora muito rica. Os quatro primeiros nasceram entre 1974 e 1980, no auge da expansão da fronteira e em pleno regime militar, os dois mais novos sendo, simplesmente, fruto de desmembramentos municipais. Antes de 1970, só existiam, no Estado do Pará, alguns poucos STR's, todos eles praticamente concentrados ao longo da estrada de ferro de Belém a Bragança, nas micro-regiões do Salgado e da Bragantina e da rodovia Belém-Brasília. Fora destes, existiam, apenas, os de Alenquer, Altamira, Tomé-Açu e Baião.

Guerra estudou (1988), através de entrevistas, jornais e outros documentos, a gênese da organização sindical no Pará e, em particular, no Nordeste do Estado. Registrou, notadamente, a influência religiosa da Prelazia de Bragança, em meados dos anos 1950 e, em particular, a 2ª Semana Ruralista de Ourém, por essa promovida em janeiro de 1956, na época em que nasceram no Nordeste do país as Ligas camponesas. Naquela Prelazia, tornou-se bastante forte o Movimento de Educação de Base/MEB, criado na época (1961), presidido pelo Arcebispo José Távora e, oficialmente, apoiado pelo Governo de Jânio Quadros. Trabalhava, notadamente, através das Escolas Radiofônicas fundadas pelo Arcebispo do Rio Grande do Norte, Dom Eugênio Sales (Füchtner, 1980:140-141). A Igreja estimulou, assim, na região bragantina, a criação de numerosas Associações de Lavradores. Interessante observar que, naquela região de colonização oficial, promovida de 1880 a 1920, as principais reivindicações dos colonos eram como hoje: manutenção e abertura de estradas, crédito, insumos, acesso à terra (Guerra, 1988).

A mobilização daqueles trabalhadores do nordeste paraense forneceu uma base para a constituição, em 1956, da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará/ULTAP, federada, a nível nacional, na ULTAB, sob a influência do Partido Comunista Brasileiro/PCB (Guerra, 1988). Foi dela, mas não em seqüência linear, que surgiram no Pará, a partir de 1965, os primeiros STR's com base na regulamentação oficial do sindicalismo rural de 1962.

A direção da mobilização e da agitação dos trabalhadores rurais foi objeto de acirradas disputas ideológicas e políticas em que se enfrentavam, não somente entidades diferentes, como também, no meio das esquerdas, tendências em competição: as Ligas Camponesas do advogado Julião e as de Prestes e do PCB, os Sindicatos sob influência católica ou comunista; o MEB, de obediência à hierarquia católica, e o MEB infiltrado pela esquerda católica da Ação Popular/AP (Medeiros, 1989:77-78). Momento decisivo para a unificação da organização dos trabalhadores foi o Congresso Camponês de Belo Horizonte, de 1961, convocado pela ULTAB. Foi nesse contexto que, sob o governo de João Goulart, nasceu no final de 1963, na véspera do golpe militar de 1964, a Confederação de Trabalhadores Rurais/CONTAG, reconhecida pelo Governo como representante oficial dos trabalhadores rurais. Ela absorvia a ULTAB e retomava por sua conta as resoluções do Congresso de Belo Horizonte (Füchtner, 1980: 147; Medeiros, 1989:78-79)

Em março de 1963 tinha sido votada a Lei 4.214, conhecida com Estatuto do Trabalhador Rural, em discussão desde 1960 (Füchtner, 1980:148), que subordinava os trabalhadores rurais à CLT e ao Ministério do Trabalho, proibindo, notadamente, aos Sindicatos a atividade política.

Serviria de instrumento de controle para o regime militar. É já sob a sua vigência que nasceram, então, no Pará os primeiros STR's acima mencionados. Significou um refluxo – temporário – da militância das organizações camponesas. Nestas circunstâncias, e apesar da participação de alguns militantes de esquerda, esses STR's nasciam pelegos, isto é, acomodados a interesses alheios e, no máximo, executores de iniciativas, geralmente paternalistas, dos governos: tratamento médico e dentário gratuito, bolsas de estudo para alunos, garantia da aposentadoria dos trabalhadores rurais.

Enquanto as Ligas Camponesas e mesmo os Sindicatos criados pelo PCB ou pela Igreja Católica tiravam sua legitimidade das lutas dos trabalhadores, os STR's implantados nos pós-1964 a tiravam, portanto, do Estado e de suas leis. Coube aos STR's do Sul e Sudeste do Pará, entre alguns outros, como o de Santarém, devolver ao movimento sindical paraense esta legitimidade, através de suas lutas pela terra, integrando os posseiros da fronteira amazônica na luta dos moradores, agregados e meeiros do Nordeste. Essa experiência de lutas dispôs estes STR's a se filiarem naturalmente à linha do "novo sindicalismo" adotada, a nível nacional, a partir do III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais de 1979, rompendo com a tradição assistencialista consolidada durante o regime militar.

1.2. Um novo sindicalismo nasce das lutas na fronteira

Os STR's da região de Marabá nasceram, também, no bojo do processo de colonização oficial ao longo da Transamazônica, sob a iniciativa e o controle do Instituto de Colonização e Reforma Agrária/INCRA. O STR de São João do Araguaia foi o primeiro a ser criado, em 1974; o segundo foi o de Itupiranga, em 1979; os de Jacundá e de Marabá seguiram, no início e no final, respectivamente, de 1980.

O contexto da fronteira marcou a instituição sindical desta frente e a diferenciou do sindicalismo de outras regiões de antigo povoamento agrícola. Primeiro, em razão de sua implantação pelo INCRA, como uma das dúzias de competências que cabiam a este órgão, especificamente, junto a colonos, isto é, a trabalhadores em busca de terra própria. O STR surgiu, assim, *e se manteve até hoje* na região, como organização de trabalhadores *expulsos de seu torrão pela falta de terra própria no lugar de origem de sua migração; podiam, no máximo, se empregar nas plantações de cana ou algodão ou nas grandes fazendas, em condições do cativo da terra, como dizem. Seu projeto migratório envolvia portanto, uma só aspiração: a conquista da terra e da liberdade.*

Seu itinerário migratório está repleto de mudanças de locais e de uma sucessão das mais diversas atividades (Hébette & Acevedo Marin, 1979, 1981). A grande maioria tem, hoje, um lote agrícola; quer dizer que eles têm a posse, mas só uma minoria tem o título legal de propriedade da terra. À diferença de outros segmentos da fronteira, raros são, nesta região, arrendatários ou meeiros, e a organização sindical, até hoje, dificilmente incorpora trabalhadores rurais assalariados. São, como gostam de enfatizar, trabalhadores autônomos, livres do antigo cativo. Com seus braços e algumas ferramentas manuais, plantam essencialmente produtos básicos para a alimentação; muitos possuem também algumas cabeças de gado, que raramente passam de umas trinta. É, precisamente, neste espaço de fronteira que, livres, começam a empreender, por conta própria, ações de desenvolvimento, tema do presente estudo.

O contexto da fronteira marcou, também, a instituição sindical em função da disputa pela terra, o que se deu nos anos 1970 e 1980 à revelia e à margem do INCRA, no bojo do movimento migratório. Na ausência de um órgão legitimamente representativo de seus interesses, os trabalhadores rurais tiveram que criar, espontaneamente, suas próprias estratégias de defesa de seu direito à terra, predominantemente aquelas familiares e de parentesco, de conterraneidade e vizinhança (Hébette, 1996). Essas estratégias, espontâneas e muito coerentes com a prática camponesa, forneceram bases para a constituição, em certo sentido mais original, das Comunidades Eclesiais de Base/CEBs, estimulada, nos anos 1970, por religiosos adeptos da teologia da libertação e do lema “opção preferencial pelos pobres” (Gutierrez, 1986) que recuperava, num nível político mais elaborado e mais consistente, a inspiração dos movimentos de esquerda e a sensibilidade do clero progressista do final dos anos 1950 – início dos anos 1960. Essa luta dos migrantes pela terra constituiu-se como um campo de encontro de todos – clero, militantes sociais e políticos, advogados, pesquisadores e estudantes – que lutavam contra o regime militar – muitos dos quais encontravam em organizações das Igrejas Católica e Luterana e, em particular, na Comissão Pastoral da Terra/CPT, um espaço institucional beneficiado de uma certa “imunidade natural” (Mendes, 1979:163), ao abrigo da repressão. É dentro desse campo de forças muito diversificado e contraditório que os trabalhadores encontraram seus primeiros “mediadores”. Com ou sem eles, empreenderam iniciativas mais audaciosas de resistência aos grileiros e de ocupações de castanhais e fazendas (Hébette, 1991c).

É desse complexo campo de luta e resistência que surgiram as lideranças camponesas que iriam, no bojo do processo de distensão política dos

últimos anos da ditadura e da criação da CUT em 1983, “conquistar” as direções sindicais e devolver ao sindicalismo um princípio de legitimidade, se não de ampla representatividade.

Na Região de Marabá projetou-se, nesse sindicalismo remanescente, a figura semi-carismática de Almir Ferreira Barros, uma liderança que exerceu influência importante no movimento (Barros, 1991). Destacou-se na ocasião das ocupações de castanhais no município de São João do Araguaia, no início dos anos 1980. Essas ocupações representaram uma inflexão no processo das lutas pela terra. Até então, os conflitos se tinham dado, principalmente, entre estranhos, atores novos na região: pequenos proprietários e grandes grileiros de fora, em competição pelas terras devolutas. A ocupação sistemática de castanhais levou o conflito para dentro do campo social das oligarquias e da sociedade local, construída em toda a região em torno do extrativismo (Velho, 1972; Emmi, 1988). Mexeu, portanto, em toda a estrutura social, econômica e política local. Com essa liderança, o sindicalismo de São João do Araguaia assumiu, então, uma dimensão nitidamente política; política, não particularmente, porém, por sua definição e seu conteúdo ideológicos pouco apurados, mas por seu confronto concreto, imediato, desafiador, com o poder econômico e por sua intrusão no campo das forças políticas hegemônicas. Sob a direção dessa liderança, o sindicalismo tornou-se uma espécie de contra-poder, construindo uma instância paralela de intermediação reivindicativa entre os trabalhadores rurais e os órgãos públicos, em particular o INCRA, sem a mediação do poder público local.

Embora trabalhado internamente, também, por influências ideológicas de esquerda, através de alguns mediadores ligados à Igreja Católica local, o estilo político do STR de São João do Araguaia diferia, em muito, do estilo do sindicalismo nascente no município de Marabá, submetido ideologicamente à influência de uma esquerda de outro matiz, mas pelego na sua prática. No conceito conservador das forças sindicais hegemônicas a nível estadual, entretanto, o sindicalismo do São João e seu líder passavam por hereges ou “reformistas”, na perspectiva dos representantes do “novo sindicalismo”, também chamado “autêntico”.

1.3. O novo sindicalismo se arma para o desenvolvimento: o CAT

O silêncio imposto ao projeto da Reforma Agrária pelo Golpe de 1964 ampliou o espaço para o discurso mais “neutro” do “desenvolvimento”, adotado pelos governos militares e de agrado das instâncias internacionais, isto é, o discurso da superação do nível de pobreza, da fome e da doença mediante medidas essencialmente técnicas e/ou práticas assistencialistas: políticas de modernização industrial e programas de assistência social.

Nesta linha de assistência social, multiplicaram-se, principalmente no nordeste e no norte do país, pequenos projetos para a melhoria das condições da vida rural, promovidos por Organizações Não Governamentais/ ONG's e pelas Igrejas, graças a recursos externos. Tais projetos tinham o duplo objetivo de resolver problemas imediatos de moradia, abastecimento de água, saneamento etc., e de aprimorar o grau de reflexão crítica e de organização. Nem sempre foram prestigiados pelo sindicalismo de esquerda, que via nesses projetos soluções alienantes, geradoras de diferenciação social (Leroy, 1991:175), politicamente esvaziadoras das lutas travadas contra os governos para forçá-los a cumprirem o que se julgava caber-lhes. Esses projetos ficaram, assim, praticamente monopólio das Igrejas e das múltiplas ONG's a elas ligadas.

Mas, por outro lado, o discurso politizante desenvolvido, durante os anos 1970, por militantes de esquerda e religiosos "progressistas", e parcialmente absorvido pelos membros das CEB's e dos novos STR's, não atendia aos anseios prementes dos agricultores vindos de outras regiões em busca de terra. Eles produziam, mas a venda de sua produção agrícola, levada para o mercado local ou regional pelo canal dos atravessadores, não lhes garantia alcançar a melhoria de vida cujo sonho os tinha acompanhado na migração. Voltavam os olhos para experiências comunitárias de cultivos permanentes, mais rentáveis, realizadas pela Igreja Católica no Baixo Tocantins e na Guajarina, ou para práticas modernas de cultivo da pimenta do reino desenvolvidas pelos migrantes japoneses em Tomé-Açu.

Foi para atender a esses anseios, de natureza mais econômica do que política que, juntos, o líder sindical heterodoxo de São João, um pesquisador e religioso que tinha contribuído para a formação ideológica e política de membros de CEB's e de STR's, um militante da CPT de intensa participação junto aos trabalhadores rurais, nas lutas pela terra e um engenheiro agrônomo voltado para a pesquisa-desenvolvimento junto a camponeses e com experiência no Caribe, imaginaram, em 1987, o projeto denominado Centro Agroambiental do Tocantins – CAT (Hébette, 1991a). O projeto era fortemente inspirado na experiência do Caribe, mas um elemento novo e absolutamente fundamental procedia da experiência genuinamente local: o reconhecimento, como representante dos agricultores e parceiro no projeto, do sindicalismo regional legitimado pela participação de seus líderes na luta pela terra e na reconquista da direção dos primeiros STR's pelegos. Tratava-se de reconhecer e de devolver à única organização de trabalhadores rurais de nível regional, estadual e nacional, a direção do processo de desenvolvimento da agricultura camponesa – com todas suas dimensões, entre as quais a tecnológica, a econômica e a social – até então assumidas por fora dessa instância, como visto e pelos motivos sugeridos acima.

Para tanto, propunha-se a associação dos quatro STR's mais diretamente ligados aos idealizadores do projeto, numa Fundação: a Fundação Agrária do Tocantins-Araguaia/FATA.

Na idéia originária e no processo conseqüente, não se propunha fusão ou substituição dos STR's pela FATA; pensou-se uma fórmula que mantivesse a identidade sindical e política de cada um desses STR's, sua total autonomia na condução das lutas tradicionais do sindicalismo nacional, ao mesmo tempo em que esses próprios STR's se dessem instrumentos e meios adequados para a melhoria coletiva do trabalho, do produto, da renda e do bem-estar das famílias agrícolas, como reza o Estatuto da FATA. Para tanto, porém, introduziu-se no projeto outro elemento fundamental: a associação da Fundação com uma equipe permanente de pesquisa-desenvolvimento, o Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins/LASAT, considerado indispensável para a obtenção dos objetivos almejados; isto implicava também a formação de pessoal suscetível de garantir a pesquisa-desenvolvimento ao longo do tempo. Posteriormente, foi acrescida à FATA e ao LASAT, a Cooperativa Camponesa do Araguaia-Tocantins/COOCAT. Inevitavelmente, essas diversas associações – parcerias? – iriam influenciar o comportamento sindical na região. Competiria às instâncias sindicais pensar, discutir, monitorar e avaliar esse novo comportamento. Isso iria exigir de suas lideranças maturidade e competência, que souberam desenvolver com o tempo, com acertos e fracassos. Desde o princípio, sabíamos tratar-se de um desafio e empreendimento a longo prazo. Calculava-se o período de uma geração, o que nos parecia razoável para a consolidação de uma organização camponesa forte.

Graças ao reconhecimento do Programa CAT na esfera das instituições, governamentais e não-governamentais, de apoio aos programas de desenvolvimento, a FATA teve a oportunidade de ser dotada de importantes meios de ação: meios materiais e, sobretudo, pessoal técnico e administrativo. Montou toda uma equipe técnica e dispôs, assim, durante vários anos, de um engenheiro agrônomo, de um engenheiro florestal, de dois técnicos agrícolas, todos cedidos por instituições estaduais (Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará/IDESP, Secretaria de Agricultura do Pará/SAGRI-PA, Empresa de Assistência Técnica e de Extensão Rural/EMATER); contratou, com recursos de convênios, dois técnicos agrícolas, e contou com uma equipe de educação ambiental pertencente ao IDESP, formada por um engenheiro florestal e uma educadora. Dentro do Programa CAT, e em contato permanente com os militantes sindicais, esse pessoal absorveu concepção e prática novas da relação técnico – pequeno produtor, e uma metodologia de trabalho diferente da aprendida nas escolas.

No trabalho nos municípios, os técnicos operam em articulação constante com os dirigentes sindicais, Diretores e Delegados sindicais. Para maximizar essa proximidade, quatro técnicos agrícolas da FATA passaram a residir na sede dos municípios, discutindo e realizando seus programas de trabalho sob a orientação do Conselho Diretor e do Diretor Executivo da FATA e das Diretorias sindicais.

A ação e as contribuições do "movimento sindical" em prol do desenvolvimento rural na área, que vão ser analisadas adiante e constituem o tema específico do presente artigo, devem portanto ser compreendidas dentro desse quadro particularmente privilegiado. Na verdade, que se trate de pertinências a nível local, municipal ou regional, tudo que se dirá é de ser compreendido, não como ação isolada de qualquer desses níveis, mas sim como ação da dupla rede nos seus diversos níveis. Um indicador, apenas, da amplitude desta rede: os sindicatos eram em número de quatro no início do Programa, em 1988; hoje são seis, embora a área total de atuação permaneça a mesma, cerca de 35.000 km². As Delegacias Sindicais, entretanto, passaram de quarenta e oito para mais de cem, o que corresponde a um adensamento da presença institucional dos STR's, da FATA e do Programa CAT, na área.

2. A presença sindical e as ações de desenvolvimento

2.1. Solidariedade e autonomia na parceria

A ação sindical na área assume diversas formas: pode diversificar-se em ações específicas e individuais de cada STR no seu Município e em ações conjuntas promovidas através do CAT que, por sua vez, podem distribuir-se em ações de iniciativa da FATA, da COCAT ou do LASAT, ou ainda do conjunto. Serão privilegiadas, nesta segunda parte, as ações realizadas através da FATA, guardando em mente a ligação desta ao Programa CAT.

A natureza das ações tradicionais próprias dos STR's diz respeito à mobilização, formação, organização sindical e defesa de seus respectivos sócios, efetivos ou virtuais, diante das instâncias governamentais ou privadas. Como se verá, a ação dos STR's tem, muitas vezes, extrapolado da esfera propriamente sindical e a FATA pode ter, ocasionalmente, dado contribuição. Com sua associação à FATA, tampouco perderam a liberdade de empreenderem, independentemente da FATA, ações individuais ou conjuntas típicas desta. Norma e espírito do CAT/FATA são ações conjuntas de desenvolvimento sócio-econômico da agricultura familiar, acima referidas e objetivo específico do programa, executadas sob a responsabilidade da FATA,

após terem sido propostas, planejadas e decididas de acordo com as diversas instâncias sindicais – Assembléias Gerais, Diretorias e Delegacias – conforme a respectiva competência de cada uma. Esse espírito tem sido interpretado pelas lideranças sindicais, em alguns momentos, como restringindo os benefícios dessas ações aos sócios dos STR's ligados ao programa. Posição questionada dentro do próprio CAT, notadamente por pesquisadores do LASAT, está sendo flexibilizada na prática.

Como, então, descrever e analisar a atuação sindical no desenvolvimento naquele contexto e nos seus diversos níveis?

2.2. O local, uma instância indispensável

Fiel aos objetivos deste artigo – a análise parte da experiência vivenciada nas localidades onde existe a estrutura sindical – procura-se discernir em que esta organização esteve e está contribuindo para o desenvolvimento local. Os resultados de aludida contribuição não são, obviamente, privilégio exclusivo dessas localidades; eles podem, muito bem, encontrar-se, e até de forma maior e melhor, em comunidades não engajadas no projeto.

A importância do nível local

A análise das atividades, a nível local, deve levar em conta o que representa uma localidade camponesa no contexto regional. Não se pode esperar que as condições de desenvolvimento sejam as mesmas ou iguais em toda localidade camponesa do país ou do mundo. Não apenas isto: precisa-se também, ter consciência de que determinadas características da vida camponesa local possam apresentar, ao mesmo tempo, aspectos favoráveis e/ou críticos ao desenvolvimento. É o caso das principais características gerais de um campesinato: a importância radicular das relações de parentesco e de compadrio, a transparência social dos comportamentos e a convivialidade, a fácil desconfiança mútua, a presença freqüente de um notável – todos aspectos amplamente analisados na literatura sobre campesinato

O nível local é, na verdade, o nível de sustentação da organização sindical, a base de sua representatividade e de sua legitimidade. Sem esta base, forte e organizada, o STR é apenas uma estrutura burocrática; seu teste de vitalidade reside, portanto, na sua presença ativa nas localidades. Como o declara um Delegado sindical:

“O Sindicato não é só o Delegado, pra ir cobrar só; porque eu sozinho, não tenho podê. É como o Presidente: não tem podê sozinho. Então, pra eu ter força, precisa

nós sentá à base e ir junto, porque, sem a base, a gente não vale. Não se constroi um prédio de cima pra baixo, e sim de baixo pra cima (P. Delegado Sindical).

É no local, também, que se operam as transformações na agricultura; é o nível da roça e do criatório doméstico, o nível do convívio, da comunicação, do intercâmbio cotidiano do saber e da transferência das práticas. É o nível onde a congruência do dito se mede imediatamente pelo feito. É o palco privilegiado do encontro entre a “coletividade local” e o movimento sindical.

Adentrando nas unidades mais básicas do campo – povoados, centros, “comunidades” ou localidades, como se queira chamá-los e ao criar ali sua própria unidade básica de organização – a Delegacia Sindical – o sindicalismo introduz na sociedade local uma forma de organização e uma dinâmica que não lhe são bem orgânicas. A dinâmica camponesa, cujos traços tradicionais persistem em boa parte, embora modificados, nos agrupamentos da fronteira, fundamenta-se em relações tipicamente primárias ou primordiais, amplamente analisadas pelos clássicos do campesinato. Entre estes traços, Mendras (1980:15), por exemplo, distingue: a importância estrutural do grupo doméstico (e, em decorrência, do parentesco); as relações internas de interconhecimento e de falta de privacidade, típicas da sociedade aldeã que, assim, exerce o controle social; a mediação de “notáveis” nas suas relações com a sociedade envolvente. Disto resulta “o papel de casca protetora assumida pela comunidade aldeã” em relação à economia familiar, o que gera “um forte individualismo em relação ao exterior e um coletivismo interno rigoroso” (Tepicht, 1973:22,23. – *tradução nossa*). Entretanto, deve-se ressaltar que algumas dessas características citadas (como as duas últimas), que derivam do convívio contínuo de sucessivas gerações, são inegavelmente debilitadas numa população migrante, muito diversificada na sua origem e naturalidade e ainda não re-consolidada enquanto “comunidade”, como é o caso da população rural da região. Este enfraquecimento da identidade original da população migrante deve afetar profundamente seu desempenho se, conforme Eizner & Larrère (1988:170), nas coletividades camponesas “a valorização do território, seus costumes, a configuração dos conflitos sociais, as atividades culturais, são cada vez relacionados ao passado local, ao dinamismo dos grupos sociais presentes, à herança produtiva cultural” (*tradução nossa*). Esta observação, aliada ao fato do isolamento físico, pode explicar o peso particular do fator familiar e do grupo doméstico e o apego dos migrantes às relações de conterraneidade, constituindo um leque de solidariedades (de família, de origem e de vizinhança) que mantêm o passado presente dentro do novo em gestação (Hébette, Alves, Quintela, 1996).

A dinâmica decorrente da estrutura sindical apresenta-se, a princípio, bem diferente e, em certos aspectos, conflitiva. O sindicalismo é uma organização de tipo funcional e impessoal, burocrática na acepção weberiana, baseada na profissão; agrega pessoas de uma mesma profissão e as reúne a título pessoal; teoricamente, todos os membros do sindicato são iguais e têm chances iguais na organização, independentemente de laços de parentesco, conterraneidade, vizinhança ou dependência pessoal. A organização sindical se fecha em torno da profissão e da classe e suas solidariedades são, eminentemente, funcionais; dela são excluídos os “notáveis” locais, comerciantes, funcionários públicos, professores, ministros do culto, todos personagens importantes na vida rural. A promoção social dentro do sindicato depende mais, a rigor, do desempenho individual, da habilidade, da capacidade de gestão, do potencial de liderança do que do *status* familiar. Os cargos estão distribuídos dentro de um processo de competição política e de cooptações de poder dentro da categoria. Tudo isto, teoricamente e a princípio...

Na realidade, as coisas não acontecem bem assim, conforme o figurino. Há uma tensão entre os valores, as normas, que presidem o funcionamento da coletividade, enquanto camponesa, e valores e normas que presidem o funcionamento da organização profissional sindical; há uma tensão entre os respectivos mecanismos de decisão e de distribuição de funções. Mas, ao mesmo tempo, existe uma certa interpenetração das práticas, um tipo de conciliação pragmática entre as duas esferas. A rede de parentesco continua exercendo um papel importante na organização sindical, onde insere sua capacidade de agregação como, também, infiltra suas eventuais divisões e suas competições internas. Esta mescla funcional pode ser aproveitada, moderada ou superada dentro da dinâmica sindical, conforme a maior ou menor clareza de compreensão do que é sindicalismo, a habilidade e a maturidade políticas ou os interesses das lideranças e do conjunto dos sócios, virtudes essas que variam muito de uma localidade para outra. Sua existência é, com certeza, um elemento decisivo para o sucesso de iniciativas coletivas locais e sua reprodutividade a um nível superior.

A qualidade de presença do STR na base, por sua vez, se mede, em boa parte, pela qualidade de suas lideranças, isto é, essencialmente, de seu Delegado. Ela, também, varia, enormemente, de Delegacia para Delegacia, pois seu fundamento nunca é puramente institucional, formal, assegurado pela cargo, como tampouco puramente individual, visto, notadamente, o papel importante exercido pelo parentesco.

3. A expressão local de um sindicalismo de fronteira

3.1. A organização sindical, poder público do “povo” na fronteira

Em áreas de penetração não-dirigida de “terras livres” por parte de lavradores pobres, com um poder público de tipo oligárquico e muito personalizado, como é o caso da região em análise, a organização sindical tem, freqüentemente, assumido o papel de “poder público dos posseiros”. É o caso das ocupações de terra – mesmo não promovidas pelo STR – através de algumas lideranças entre as quais, geralmente, será escolhido o Delegado (Paiva, 1996). A ocupação forçada de uma área representa um momento alto e privilegiado na fundação e na vida de uma localidade, exigindo um elevado grau de trabalho, coesão, disciplina e inteligência, o que, infelizmente, nem sempre sobrevive durante muito tempo à época heróica da ocupação. Há, no meio dos ocupantes, “covardes” e “traidores”, gente que procura se aproveitar da façanha dos outros. Um dos ocupantes do Castanhal Cuxiú, localizado no então Município de São João do Araguaia, pertencente à oligarquia local e escolhido como Delegado Sindical, relatou a história dessa ocupação (Paiva, 1996:339-344). Naquela oportunidade, as lideranças organizaram a população ocupante e, através de Assembléias Gerais, distribuíram os lotes entre as famílias, escolheram o perímetro do patrimônio comunal, administraram (embora de maneira muito efêmera) as formas de exploração da floresta e regulamentaram o comércio e o uso de bebidas alcoólicas. A ausência de um tal tipo de organização por ocasião das ocupações tem sido avaliada, pelas lideranças mais experientes, como muito perigosa e, possivelmente, responsável por dramas como a chacina que dizimou uma dúzia de pessoas quando da ocupação do Castanhal Ubá.

Em entrevista (Pereira, 1981), o Delegado sindical da ocupação do Castanhal Cuxiú conta a importância da iniciativa da Delegacia – a primeira de uma série – com vistas à implantação de um viveiro de mudas na área ocupada:

Eu pensei que era importante a gente conseguir aquele movimento de canteiros de muda para que a gente arrancasse um meio de ficar firme na terra, dar mais segurança para a terra.

É verdade que, dos dez agricultores que formaram o grupo, apenas quatro persistiram diante das múltiplas dificuldades do empreendimento. O próprio Delegado teve que sair do Castanhal, em consequência de uma luta com madeireiros.

Alguns frutos importantes da iniciativa, entretanto, ficaram na área em termos agronômicos e organizacionais.

Na ausência, ineficiência, falta de interesse ou até em caso de hostilidade de uma instância representativa do Poder público – comuns em área de fronteira – coube muitas vezes à Delegacia Sindical, como única organização de base, suprir esse vácuo. A Delegacia sindical, na verdade, não deixa de ser parte da vida social local. Portanto, ela não é portadora apenas de um ideário e de um programa sindicais. Como partícipe da coletividade, ela é, também, portadora de aspirações, sonhos, projetos individuais ou coletivos dos moradores, que se consubstanciam em de padrão de vida coletiva representativo de suas tradições. Neste sentido, a Delegacia sindical assume, institucionalmente, responsabilidades que, em outras circunstâncias, são assumidas por lideranças espontâneas. Aspiração primária da coletividade padrão é investir em bens patrimoniais básicos: sua igreja ou seu templo, sua escola, seu campo de futebol, seu posto de saúde e, onde existe o STR, a sede da Delegacia, pois toda instituição deve ter, um dia, sua sede própria. É ponto de honra do Delegado Sindical, como representante legítimo dos posseiros, contribuir em prol deste patrimônio:

Nós tamo começando agora, é, a derrubada lá, fazer a abertura na terra da comunidade, pra... pra implantar a igreja, a escola, e até mesmo a sede do Sindicato; e lá é pra ser feito também uma casinha pro INCRA, que é a sede do INCRA, e pedí um posto médico pra lá. (P. Delegado sindical).

A igreja e a escola, em particular, são espaços institucionais da maior importância, a que se vinculam direitos de domínio e controle social dos quais, por sua vez, derivam *status* e prestígio. Sua localização, assim como a eleição do santo padroeiro, no caso da Igreja Católica, cabem, geralmente, a um membro influente do agrupamento social: o fundador do local, por exemplo, um comerciante, o representante de uma família numerosa ou um fazendeiro (Brito, 1997). Geram, às vezes, tensões, brigas ou mesmo divisões profundas dentro da localidade, provocando até duplicação e segregação dos espaços culturais, dos quais, inclusive, podem tirar proveito interesses alheios. A Delegacia Sindical pode nesses casos, mas nem sempre o consegue, oferecer, graças ao prestígio de seu responsável e através de sua prática de reuniões e assembléias, mecanismos de decisão mais coletivos e mais democráticos.

Mas, por outro lado, e em função de sua forte inserção no grupo local, a Delegacia não escapa às tensões, brigas, dissidências e divisões comuns aos grupos fechados sobre si mesmos, em decorrência do modo de convivência resultante de suas formas específicas de produção e reprodução.

O campo religioso é, particularmente, propício a manifestações desta natureza, que tendem a invadir todo o espaço social. Podem ocorrer divisões físicas de espaços de moradia e de atividades sociais. A superação deste tipo de tensão religiosa é uma das mais difíceis. O movimento sindical – como, aliás, outros movimentos populares contestadores da região – tem conseguido pouca adesão dentre os fiéis de confissões não católicas, com exceção da confissão luterana, o que representa uma limitação muito forte para programas ligados aos STR's.

Os crentes desta matiz dão sua preferência a associações convencionais, com objetivos puramente econômicos ou religioso-econômicos e consideradas politicamente conservadoras pelos sindicalistas. Possivelmente, a superação deste obstáculo, em prol de uma maior participação no desenvolvimento, requeira uma qualidade particular por parte do Delegado e, primordialmente, a precaução de não confundir função sindical e adesão pessoal à confissão religiosa e, muito menos, como acontece, de não usufruir de sua ligação aos dirigentes das suas respectivas Igrejas

3.2. A organização sindical como opção profissional do lavrador

A adesão ao sindicato é fruto de opção pessoal. Não há, nas normas e na tradição da profissão, obrigação de pertencer ao sindicato. Tratando-se de agricultores autônomos, não há pressão no sentido da ação solidária, semelhante à vivida nas grandes fábricas. No contexto em estudo, onde o representante sindical e sua família se constituem em lideranças locais, que tratam dos interesses gerais da localidade (estradas, escolas, serviços de saúde), os não sindicalizados gozam, tranqüilamente, sem participação ativa, dos benefícios conquistados pela ação sindical. Os que, por convicções ideológicas, religiosas ou não, repugnam os conflitos, mantêm, portanto, facilmente, distância em relação à instituição.

Embora relativamente abstrata e de difícil apreensão pelo lavrador da base, impõe-se, portanto, a distinção, anteriormente esboçada, entre a contribuição da Delegacia para os interesses comunais em proveito de todos os moradores, acima examinada, e a contribuição própria da Delegacia como organização profissional, optativa dos lavradores, em prol de seus interesses de classe. É esta contribuição, propriamente sindical e tipicamente combativa, que se vai agora considerar.

Dentro do Programa de desenvolvimento CAT, acima apresentado, as atividades locais de desenvolvimento são de responsabilidade imediata das Delegacias. São, principalmente, atividades de formação, mas sobretudo, neste nível local, ações de mobilização, organização e execução.

A contribuição da Delegacia ao desenvolvimento apresenta-se maior e mais engajada no caso do que se chama, no Programa, as "ações-testes". As "ações-testes" consistem na introdução de algumas práticas agrícolas inovadoras para esses lavradores, a título inicial de experimentação. São, por exemplo, um viveiro comunitário de mudas com sua extensão: transplante, enxerto, tratos culturais diversos; ou uma horta com variedade de verduras e de plantas medicinais; o uso de leguminosas indispensáveis à manutenção da fertilidade do solo; o treinamento para o aproveitamento das árvores derrubadas para uso direto no lote ou na comunidade local. São ensaios acompanhados pelos pesquisadores e pelos técnicos da FATA, para "testar" sua viabilidade e suas chances de generalização por lavradores da região, em termos técnicos, econômicos, culturais, e em termos de competição na distribuição do trabalho familiar. (Wambergue, Pereira, de Reynal, 1991:263-297). Estes testes, como, aliás, todas as atividades realizadas pela Delegacia, são objeto de discussão com os sócios, de maneira a fazer emergir o que pode constituir-se em demanda local acompanhada de condições de sucesso, entre as quais merece particular atenção o compromisso dos participantes. Contam, assim, com a capacidade de mobilização e organização da Delegacia e com o conhecimento que o Delegado tem dos lavradores do local, de seus reais interesses, de seu senso de responsabilidade e de sua lealdade que, facilmente, escapam a um interveniente exterior. De grande importância é a indicação de um líder ou coordenador de grupo.

Um teste particularmente bem programado e realizado com excelente participação num número elevado de localidades foi da comercialização do arroz. A passagem do teste para a fase de rotina da comercialização, entretanto, não foi muito feliz, não tanto por problemas verificados no local, quanto por falhas a níveis municipal e central. Mais recentemente, se esta procedendo a uma ação-teste sobre exploração e comercialização da madeira pelos agricultores, com as dificuldades decorrentes analisadas em Muchagata *et al.* (1996:21-38)

A programação mais ampla e mais contínua do CAT/FATA, em termos técnicos e a nível de localidades tem-se dado dentro do Projeto de preservação ambiental conveniado com o Governo Britânico. Durante cinco anos, foi desenvolvido um programa de estímulo à cultura permanente, centrado em torno da implantação de viveiros e da introdução de leguminosas em cerca de trinta localidades e com acompanhamento de um programa de educação ambiental. Aludida programação contou com a experiência de organização do teste da comercialização do arroz e desenvolveu-se em cooperação com as Delegacias. Foi objeto de diversas avaliações internas e externas inclusive entre produtores, pesquisadores e técnicos (LASAT, 1994).

Essas avaliações oferecem algumas informações interessantes relativas à participação da população local graças ao apoio sindical destacando, paralelamente, a importância das relações de parentesco e do relacionamento anterior dos participantes nos locais de origem.

Há numerosos registros, na literatura pertinente, da influência de um grupo familiar na organização coletiva no campo, fato que se fez presente na área de atuação do Programa CAT (Hébette *et al.*, 1996 entre outros). A força de uma Delegacia, ou de um grupo de trabalho, se inter-relaciona, freqüentemente, com o tamanho e a coesão de uma ou duas famílias amplas, constituídas, localmente, por pais, filhos, irmãos, cunhados, sobrinhos. Esta força, porém, não foge a uma certa ambigüidade; ela pode ser ou aglutinadora de outras forças ou fechada em si mesma e monopolizadora dos benefícios sociais adquiridos através da instância sindical. Entendeu-o, perfeitamente, um dirigente de viveiro que começou com vinte e um sócios. Em decorrência de problemas ocorridos em outro projeto do CAT e da insatisfação dos companheiros, o grupo se desfez. Só sobraram nove; quatro dentre eles eram parentes – pai e irmãos. Introduziu-se no grupo um cunhado. O coordenador sentiu-se na obrigação de justificá-lo.

Eu não vou botá só a minha família, porque eu não queria só pra mim. Eu queria que todo mundo tava junto; porque, amanhã, depois, saia a notícia: não, seu P. tirou o povo e colocou só o dele, porque queria só ele. (P., Delegado sindical).

A preocupação, obviamente, não era sem fundamento. São conhecidas pois, e não raras, famílias que monopolizam as funções sociais locais: de professor, de catequista ou coordenador de culto, de agente de saúde, de Delegado sindical, Diretor do STR, Presidente de Associação, coordenador de um grupo de viveiro ou gerente de uma revenda comunitária. É a família, então, que elege o Delegado. Já que a verdadeira liderança entre rurais depende basicamente da confiança depositada na pessoa do líder – confiança que assenta em sentimentos, juízos e valores próprios da cultura camponesa – a escolha depende mais de relacionamento interpessoal, compadrio, amizades ou, às vezes, de trocas de favores, do que de critérios “técnicos” de gestão de grupo. O Delegado pode ainda, não é raro, ser escolhido em função de um prestígio decorrente de seu êxito econômico, que tanto pode ser colocado à disposição da promoção coletiva quanto a serviço de interesses pessoais ou, até, em detrimento da coletividade. As conseqüências se têm mostrado, em alguns casos, bastante desastrosas.

O “bom Delegado” impõe-se ao respeito de sua “turma”. Ele se torna a porta de entrada na localidade para o “estranho”. É ao líder sindical que, normalmente, o pesquisador ou o estagiário solicita seu salvo-conduto para operar no local; sua associação ao Programa CAT fez desta acolhida um compromisso do sindicalismo. Pesquisa e desenvolvimento local têm-se beneficiado mutuamente desta acolhida. O representante do STR providencia moradia, faz apresentação à comunidade com as devidas explicações, orienta para os lugares e as pessoas adequados. Sócios da Delegacia foram, freqüentemente, preciosos informantes para pesquisadores do LASAT, mas seu papel não se limita à simples transmissão de informações; foram e estão envolvidos nos procedimentos prolongados de algumas pesquisas e em diversas iniciativas de pesquisa participativa. Embora referindo-se a intercâmbios realizados no Centro da FATA em Marabá, e não nas localidades, Muchagata *et al.* (1994) e Reynal *et al.* (1995:58) analisaram as potencialidades, dificuldades e limites das trocas de informações e das análises realizadas entre pesquisadores e representantes das localidades; suas reflexões encontram apoio nos estudos de Schmitz (1996:1-20) e de Simões (1996:59-79), num contexto muito parecido ao da colonização ao longo da rodovia Transamazônica e dentro de uma metodologia semelhante.

Estas avaliações sobre trocas de informações merecem relevo. Se o sindicalismo, pois, encontra ainda, de fato, muita dificuldade para superar a tendência ao fechamento dos grupos sobre si mesmos e a concentração dos serviços e benefícios em grupos de parentesco ou de amizade; se ele não avança muito na superação das clivagens religiosas – embora se tenha conseguido, com sucesso, evitar dentro do Programa, clivagens político-partidárias – ele soube abrir, efetivamente, a coletividade para fora, estabelecendo e multiplicando contatos e intercâmbios. Graças aos recursos de diversos convênios com governos e ONG's, a FATA facilitou os deslocamentos de Delegados e de sócios para a sede do município e para a cidade de Marabá para participarem de reuniões, de seminários, de assembleias gerais onde são discutidos os assuntos da categoria. Levou, também, para as delegacias, diretores sindicais, técnicos, pesquisadores, promovendo uma ampla circulação de idéias, debates e treinamentos técnicos.

Entre estes intercâmbios, podem ser mencionados as visitas e treinamentos feitos por técnicos agrícolas para implantação e acompanhamento das já referidas “ações-testes” e de sua reprodução e extensão em outros locais, assim como, em termos de organização, para o apoio local à formação de grupos de comercialização. Intercâmbios em escala mais ampla serão tratados mais adiante.

Isto lembrado, podemos fazer a hipótese de que a capacidade de uma ação eficiente, no nível local, depende da iniciativa e criatividade da coletividade, da capacidade de um líder otimizar o potencial de construção desta coletividade e contornar suas artimanhas e do grau de continuidade da ação apresentada na coletividade.

A iniciativa e a criatividade ou a receptividade a uma proposta dependem muito de uma ou de algumas pessoas, não necessariamente ligadas ao movimento sindical. Não são raras, pois, iniciativas tomadas, individualmente e a nível local, por lavradores dinâmicos.

3.3. O nível municipal: um canal de socialização

É na escala do município que o STR tem melhores condições de emergir da rede das relações primárias e personalizadas de parentesco e de vizinhança, típicas do nível local, para assumir sua dimensão propriamente profissional de organização de classe. Se o local – como a roça (o estabelecimento familiar) e a vizinhança (as trocas diretas) – representa a instância privilegiada de concretização das mudanças materiais, técnicas e econômicas, o municipal se constitui em instância de transição por onde se dá a passagem de um regime (o das relações interpessoais e imediatas) para outro (o das relações funcionais e administrativas) e onde se efetiva o passo decisivo do local ao extra-local, do micro-econômico ao político. Uma transição, porém, que ainda não configura tão somente fronteiras bem nítidas.

A sede do STR é o símbolo e emblema da organização. O *status* presidencial do dirigente está, de certa maneira, ligado à sede; e a sede é a “casa do Povo”, a casa de todo trabalhador rural, inclusive do não sindicalizado. Ela é única no Município, porque assim o quis a legislação trabalhista. A sede do STR é, normalmente, o local das Assembléias Gerais e das reuniões da Diretoria, as únicas instâncias oficiais do poder sindical. A sede é o lugar para onde convergem, por um lado, as relações entre o local e ou extra-local e, do outro, as relações entre a organização profissional e as outras inúmeras instâncias, econômicas ou políticas, governamentais ou privadas.

Em particular, é em torno da sede e do Presidente que convergem e se articulam, para ganhar maior visibilidade e maior força, os interesses das diversas localidades, que saem de seu isolamento e se sentem partícipes de um corpo social maior, mais ao abrigo de pressões externas. É a este nível de Diretorias que são decididas e planejadas muitas das ações de desenvolvimento realizadas nas localidades, o que permite harmonizá-las e dar-lhes maior organicidade, fazendo com que um mesmo tipo de impacto possa ser distribuído através de todo o município e criando, assim, uma teia de intervenções

transformadoras com maior poder de difusão. É um dos aspectos positivos da ação sindical, em comparação com as ações individualizadas das associações, que têm proliferado nos últimos anos na região, sem conexão mútua.

Em relação às Delegacias e às ações locais de desenvolvimento, já foi ressaltada a importância da presença e do apoio do Presidente e da Diretoria junto à comunidade como, ao contrário, foi lamentada sua ausência. Sua proximidade com as bases é fundamental; o apoio de sua autoridade às iniciativas do Delegado, a sua mediação nos inevitáveis conflitos da base, fazem parte de sua função. A articulação dos dois fluxos de comunicação, para dentro do STR – entre Diretoria e Delegacia – e para fora do STR – com instâncias sindicais superiores ou instâncias não sindicais – é um dos elementos cruciais da gestão do STR. A posição da Diretoria no cruzamento dessas redes de relações a constitui num espaço de poder, um espaço político que, necessariamente, se torna objeto de competição e de lutas, nas quais se envolvem não apenas os sócios, individualmente, e as Delegacias ou a Federação estadual com instituições sindicais, mas também mil outras entidades não-governamentais e governamentais, além de muitas vezes, um ou outro fazendeiro, empresário ou político. Neste espaço competem ou se articulam interesses pessoais ou coletivos, econômicos ou políticos, inclusive partidários. A tradição política, e até político-partidária, do sindicalismo combativo pode, desta forma, interferir, em geral de maneira pouco feliz, no campo das ações de desenvolvimento.

Esta competição se faz sentir, notadamente, na ocasião do planejamento das ações de desenvolvimento, mencionado acima. As limitações de recursos materiais, financeiros e humanos não permitem, pois, contemplar o conjunto da categoria profissional, nem cobrir todas as necessidades. Impõem-se escolhas, seleções, prioridades, isto é, visto por outro lado, preterições e postergações. Ocasionalmente, são comentadas, em conversas particulares dos sócios ou em debates internos, preferências manifestadas, por parte das Diretorias, por alguma localidade ou por algum tipo de ações de desenvolvimento em função de interesses pessoais ou em troca de apoio, na ocasião de eleições sindicais ou municipais, em detrimento de critérios mais objetivos. Por motivos desta ordem, pode ocorrer, por exemplo, a implantação de um experimento ou de um teste em localidades que não apresentem condições de sucesso, com todo o risco de desestimular futuramente a comunidade; em outras situações, mas por motivos similares, pode ocorrer a concentração de benefícios, em algumas localidades, com sacrifício de uma distribuição mais estratégica das vantagens e do fortalecimento do princípio coletivo que deve nortear as escolhas.

As assembleias municipais periódicas, geralmente bem concorridas, com a presença de até duzentas ou mais pessoas, criam precisamente o espaço coletivo de debate democrático, já menos próximo da dinâmica das localidades e com poder superior ao das Diretorias, onde esses diversos interesses podem se confrontar e as posições dos dirigentes possam ser questionadas – o que dificilmente deixa de acontecer.

4. O nível microrregional: onde se ganha força

4.1. A FATA, uma mediação com o mundo envolvente

A FATA foi criada para ocupar um espaço-fronteira deixado inexplorado, na época, pelo sindicalismo dos trabalhadores rurais, em função das opções históricas evocadas na primeira parte deste estudo: o espaço social do aprimoramento tecnológico e da cultura camponesa. Fazia parte da concepção da FATA a instauração de uma metodologia de intercâmbio, troca de experiências, aprendizagem da expressão grupal, enfim, de diálogo. Para tanto foi construído um espaço físico de encontros.

O Centro de Convivência da FATA, em Marabá, tem reunido centenas de agricultores das Delegacias e outras localidades, para formas variadas de troca de informações e experiências: estágios de base, seminários temáticos, grupos de técnicos comunitários. Incontestavelmente, agricultores da base romperam seu isolamento e voltaram para suas localidades com visões transformadas de sua realidade, com novas aberturas. Nem sempre se percebe o resultado deste intercâmbio, que não se traduz em concretizações imediatas. Um resultado, entretanto, é incontestável: dezenas e dezenas de agricultores relativamente isolados e longe dos centros, têm adquirido mecanismos novos de participação nos debates sobre agricultura em geral e a agricultura familiar em particular – isto é: vocábulos, conceitos, expressões, formulações de questões, dialética, prática da interlocução, socialização de suas percepções, juízos e avaliações, etc., que a vida aldeã não lhes proporciona. Esta observação é importante se, como o afirma Darré (1985:25), para o caso de pecuaristas do Norte da França, “o grupo profissional se estabeleceu muitas vezes na base de uma cooperação no sentido de se orientar e saber o que fazer, mais do que para produzir materialmente”.

A estrutura da FATA, tem, por outro lado, permitido proporcionar aos seus participantes mecanismos de regulação dos interesses pessoais ou locais, complementares aos mencionados acima. Primeiro, pelo fato dela ter sido, precisamente, idealizada para atuar no campo específico do desenvolvimento, à exclusão de atividades de natureza confessional ou político-partidária.

Em segundo lugar, por sua própria composição, com base num conjunto de sindicatos não necessariamente alinhados no campo ideológico e político, o que permite um certo distanciamento de grupos particulares de interesse (familiares, locais, ou até municipais), favorecendo assim, posturas mais propriamente profissionais. Isto não elimina, automaticamente, mas controla e modera articulações e cooptações indesejáveis. Dessas posturas profissionais faz parte a consideração, nos debates deliberativos de seu Conselho Diretor, de critérios especificamente técnicos na escolha do tipo de atividades, do local onde serão desenvolvidas e da capacidade organizativa dos grupos que as executarão, como testemunham as Atas das reuniões do Conselho. Essa regulação, mais técnica por parte da FATA, nem sempre foi simpática a outras instâncias sindicais cuja reprodução e a continuidade dessa postura não pode dispensar uma sustentação política nas bases.

Convém, talvez, ainda sublinhar que, ao se associarem à FATA e ao atribuir-lhe uma finalidade de desenvolvimento sócio-econômico, os STR's da região de Marabá ganharam uma nova visibilidade. Conseguiram firmar e consolidar na sociedade, para essa Fundação, o carácter não partidário, identidade institucional ao mesmo tempo não sindical mas de base autenticamente sindical, o que resguardam, atentamente. Esta identidade de alcance microrregional facilita aos STR's a relação com as instâncias microrregionais do mercado, da cultura e da política.

4.2. As ações de desenvolvimento para dentro da microrregião

Até recentemente – um ou dois anos atrás – o Programa CAT e a FATA se têm voltado, para os quatro ou seis municípios que constituem seu campo de atuação. Sua ambição não passava desse limite. Deveria consolidar-se. Os militantes dos STR's não demonstraram muita tendência de projeção a níveis superiores do sindicalismo, ou a responsabilidades políticas. Esses STR's investiram na formação de quadros esclarecidos e engajados, bastante identificados com os objetivos da FATA e coesos em torno deles. Seu número é ainda muito insuficiente. A programação recente da FATA incluiu formação permanente de um grupo de líderes históricos que, embora não exercendo mais cargos, colocam à disposição do movimento sindical sua competência acumulada.

A ação sindical para dentro da microrregião, apoiada pela FATA, se concentrou na luta pela permanência na terra; na busca de articulação com órgãos governamentais locais; na criação e coordenação do Regional da FETAGRI e na representação política nas estruturas municipais, notadamente nos conselhos municipais. Essas metas merecem um pequeno comentário.

Dentro da tradição de seus sindicatos, a FATA lhes tem dado apoio na luta pela permanência na terra. A FATA não se distingue como organização específica de sem-terra; como seus STR's, ela sempre foi, essencialmente, uma organização de ex-sem-terra já com o pé na terra, sejam ocupantes, por poucos dias ou por muitos anos, de terras devolutas ou de latifúndios, sejam proprietários de pequena área com título de propriedade. Os primeiros são a grande maioria; eles vivem uma situação jurídica muito precária que só o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA pode consolidar. O reconhecimento do Programa CAT e da FATA os constitui, ao lado dos STR's em nível local, e da FETAGRI em nível estadual, interlocutores natos no tratamento da questão fundiária. São constantes as intervenções dos STR's e da FATA junto ao INCRA. Raras, porém, são as soluções definitivas dadas pelo órgão; consegue-se, geralmente, manter, em benefício dos posseiros, uma situação persistentemente precária, isto é, a permanência mais ou menos tranqüila em lotes cuja propriedade não é formalizada. Ai se registra, a nível das relações com os setores governamentais subordinados aos interesses do latifúndio e das grandes empresas, os mais irredutíveis limites da ação sindical. Mesmo assim, são centenas, e possivelmente, milhares, de famílias que conseguiram a posse, agora pacífica, de seu pedaço de chão.

Um outro avanço no campo do desenvolvimento sócio-econômico microrregional deu-se através da participação de técnicos, engenheiros e técnicos agrícolas, de instituições governamentais estaduais, no projeto financiado pelo Governo Britânico. Esta participação foi facilitada pela ligação do Programa CAT e dos seus componentes à Universidade Federal do Pará. Alguns avanços modestos têm ocorrido no sentido de uma colaboração com algumas Prefeituras locais mais sensíveis ao movimento sindical. São passos ainda tímidos e inseguros mas interessantes, rumo ao que poderia fazer ao conjunto dos STR's, através da FATA, conforme a feliz expressão de Brun e Osty, citados por Allaire (1988:183) "uma organização social suscetível de ser o parceiro de reflexão e de ação do poder público".

4.3. As ações de desenvolvimento para fora da microrregião

O sindicalismo local parece ter desenvolvido, recentemente, uma maior autoconfiança e uma aspiração a extrapolar, na microrregião, o quadro da Fundação e do CAT. Um dos resultados desta "desinibição" foi a participação ativa na criação, com sede em Marabá, de um Regional da FETAGRI abrangendo dezoito municípios da região e a indicação e escolha para a coordenação deste Regional, do Presidente de um dos STR's e Conselheiro

da FATA, que, segundo ele mesmo declarou, assumia o cargo com a confiança de que a FATA lhe servisse de referência e de apoio; quase ao mesmo tempo, um Diretor de outro STR foi eleito para dirigir a Secretaria Agrária da FETAGRI em Belém.

O campo da política atraiu alguns lavradores militantes; um total de cinco sindicalistas elegeram-se para a Câmara Municipal em três Municípios; dois já assumiram uma Secretaria Municipal de Agricultura, posição na verdade mais simbólica do que de poder. Isto traduz o início de reconhecimento da categoria, tanto mais significativo quanto não se poder ignorar o peso do conservadorismo e o poder econômico dos grandes proprietários, na microrregião.

Esse “deslocamento” da presença da FATA para fora coincidiu com sua maior participação, em 1996, no Grito da Terra – essa grande manifestação anual que reúne milhares de camponeses nas capitais e nos grandes centros rurais do Pará (e do país) para apoiar suas reivindicações e negociações junto aos órgãos públicos responsáveis pelas políticas agrárias e agrícolas. Até então, a participação ativa dos trabalhadores no Grito se tinha concentrado mais ao norte da região de Marabá; nos últimos anos, o Grito tinha acrescido a sua dimensão política, tradicional no sindicalismo, uma dimensão econômica, através da luta pelo crédito; tanto o sucesso desta luta, quanto a difícil gestão de seus ganhos com a conquista do Fundo Constitucional Norte– Especial/FNO Especial, podem ter estimulado o interesse da região de Marabá.

As vantagens aparentes do FNO-Especial atraíram muitos dos pequenos produtores. Foram então criadas, notadamente por iniciativa de políticos em busca de votos, à margem e à revelia dos STR's, uma grande quantidade de associações intermediadoras do crédito, criando concorrência num campo – o econômico – ao qual durante muito tempo, como foi visto na primeira parte deste estudo, o sindicalismo dos trabalhadores rurais não tinha dado, em geral, muita atenção. Na região de Marabá, os STR's, a FATA e a recém-criada cooperativa COOCAT, talvez excessivamente confiantes na sua presença no meio dos trabalhadores e na sua organização, foram surpreendidos pela explosão das Associações que se multiplicaram, com propósito francamente competitivo no plano político, em relação aos STR's. Este fato teve o efeito salutar de despertar uma maior reflexão e uma melhor atenção, por um lado, para o tema econômico do crédito, pouco contemplado, e, por outro lado, para a importância do nível local, instância precisamente privilegiada das manipulações políticas.

As promessas do FNO não se realizaram; as instituições responsáveis – o Banco da Amazônia S/A/BASA e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural/EMATER – não corresponderam à expectativa. A força política local dos STR's, renovada pela estrutura regional da FETAGRI e a imagem da FATA/COOCAT juntas, permitiram interferir no processo, questionando e pressionando as referidas instituições, ao mesmo tempo em que esclareciam os sócios. Mas esse interesse e engajamento no acompanhamento do FNO por parte da FATA já foram tardios em relação a STR's de outras regiões do Estado que o tinham conquistado antes.

4.4. A participação em redes estadual e extra-estadual

Como já foi sugerido anteriormente, o programa CAT tinha objetivos imediatos, propriamente, microrregionais; a irradiação da proposta, incontestavelmente original e pioneira na época, como foi ressaltado em várias avaliações independentes (Debuyst & Laurent, 1993:IX,40; Giomi & Arzeni, 1995:314), era pensada em termos da formação de pesquisadores e técnicos de nível superior, via Universidades, e da disseminação de outros programas de semelhante inspiração – como, de fato, aconteceu. Entretanto, antes mesmo disto se realizar, o Programa CAT e a FATA repercutiram rapidamente na região, provocando questionamentos, curiosidade e perplexidade. Não nos parece exagerado pensar na hipótese, na verdade difícil de comprovar por fatos precisos, de uma possível influência na evolução da problemática do desenvolvimento rural no Estado do Pará. Referência se está fazendo à inserção do campo sócio-econômico no pensamento e na política do sindicalismo dos trabalhadores rurais e à afirmação da capacidade de auto-organização dos trabalhadores do campo, em parceria não subordinada, com setores engajados da academia, temas suspeitos em 1988, hoje consensuais.

A FATA, como entidade constituída por STR's, é atual e amplamente conhecida no Estado e no país. Constitui-se, no seu campo próprio do desenvolvimento, uma das mais importantes e mais ativas instituições de trabalhadores rurais do Estado. Frequentemente, é convocada para dialogar com instituições governamentais do setor, participar de seminários e congressos, tomar parte de manifestações e de movimentos de pressão.

O papel dos STR's e da FATA não é desprezível no campo da formação. Participam, junto com o LASAT, de estágios oferecidos a alunos de cursos universitários de especialização e de mestrado ou de cursos de escolas agrícolas; hospedam e apoiam uma Escola Família Agrícola, criada pelos STR's para a formação profissional de seus filhos, em regime de alternância escola x roça familiar.

Como já mencionado, as Delegacias Sindicais acolhem, para suas pesquisas, doutorandos e pesquisadores do país e de fora. Enfim, e mais do que toda contribuição formalizada, STR's e FATA têm aculturado ao ambiente camponês um número significativo de técnicos e pesquisadores – muitos dos quais lhes são gratos – contribuição difusa de que se beneficiarão muitos outros lavradores.

Conclusões

O estudo da contribuição do movimento sindical para o desenvolvimento rural nos tem levado a examinar, a vôo de pássaro, a atuação de uma ampla e dupla rede de instituições, privadas e públicas, de produtores, de apoio técnico, de ensino e de pesquisa, cuja referência, comum e integradora, é o movimento sindical. Esta contribuição, por si só, já é de peso. Se ao sindicalismo não cabe todo o mérito, tampouco aos que com ele cooperaram.

Um dupla conclusão impõe-se, para nós, entre outras. Em primeiro lugar: numa sociedade de migrantes arrancados de suas raízes sociais e de suas referências culturais, inclusive técnicas, e re-allocados numa área de fronteira desprovida de estruturas consolidadas pela ação cumulativa de gerações humanas, o sindicalismo dos trabalhadores rurais, em que pese sua fragilidade, mostrou-se apto a acolher e aperfeiçoar contribuições, que a ele se ofereceram, e a criar e estruturar suas próprias estratégias de desenvolvimento. E o fez com a vontade, pouco comum, de visar o interesse coletivo de sua categoria, substituindo, em muitas oportunidades, as instituições sociais instituídas e suprimindo suas insuficiências e omissões.

Em segundo lugar, a proximidade com o movimento sindical – entendendo por esta designação genérica esses homens e mulheres de carne e ossos que labutam para se fixarem na terra que lhes é negada – lembra que não se deve nutrir em relação a eles expectativas irrealistas que, as vezes, passam por nossas mentes. Foram feitas repetidas menções ao processo interativo e dialético, carregado de tensões entre o que se poderia chamar a cultura camponesa e a cultura sindical, tensões essas cuja superação somente é possível a partir da prática e da reflexão coletiva sobre esta prática. Com a descrição desejável por parte de um “estranho” (Martins, 1993), mas com a máxima objetividade possível, foram apontadas dificuldades, limitações, falhas dos atores; foi ressaltado que a qualidade das contribuições oferecidas dependia do contexto social, como também das estruturas, geralmente deficientes, e das competências pessoais e, portanto, variava de lugar para lugar e de tempo em tempo, ressaltando a complexidade da construção de uma identidade camponesa sindical em meio, também, “estranho”.

Para finalizar, vale repetir que a contribuição do movimento sindical rural para o desenvolvimento não se limita ao campesinato; ela beneficia, igualmente, os que com ele se dispõem a cooperar e, com certeza, até os que o combatem.

Referências bibliográficas

- ALLAIRE, G. Problèmes méthodologiques de l'analyse localisée des systèmes socio-économiques. In: JOLLIVET, Marcel (Dir.) *Pour une agriculture diversifiée. Arguments, questions et recherches*. Paris, L'Harmattan, 1988
- BARROS, A. F. O Centro Agro-ambiental do Tocantins- CAT A visão de um sindicalista. In: *Agricultures Paysannes et Développement: Caraïbe - Amérique Tropicale*. Atas do Seminário Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural na Amazônia Oriental. Pointe-à-Pitre, SACAD, p.31-47. 1991. Edição bilingue português/francês.
- BARROS, A. F. Entrevista a Jean Hébette em 12.02.1987
- BRITO, F. de. F. *Um Projeto de comunidade: a dialética Sonho x Realidade. O caso do Castanhal Ubá (Pará)*. Relatório de pesquisa. 1997. mimeo
- DARRÉ, J-P. *La Parole et la Technique. L'univers de pensée des éleveurs du Ternois*. Paris, L'HARMATTAN. 1985
- DEBUYST, F. & LAURENT, P. *Appui à un Programme de développement mené par la Fundação Agrária do Tocantins - Araguaia. Etat de Pará, Brésil*. Rapport provisoire. Louvain, UCL. 1993. mimeo.
- EMMI, M. *Oligarquia do Tocantins e Domínio dos Castanhais*. Belém, UFPA. 1988.
- EIZNER, N., LARRÈRE, G.R. L'approche micro-régionale des problèmes de développement rural: des ambiguïtés à lever. In: JOLLIVET, M. *Pour une agriculture diversifiée*. Paris, L'HARMATTAN, p.168-174.
- FÜCHTNER, H. *Os Sindicatos Brasileiros de Trabalhadores: Organização e Função Política*. Rio de Janeiro; Ed. Graal, 1980
- GIONI, P. & ARZENI, S. Major Activities. In: LIBEREI, R; REISDORFF, C; MACHADO, A.D. *Interdisciplinary Research on the Conservation and Sustainable Use of the Amazonian Rain Forest and its Information Requirements*. Report on the Workshop held in Brasilia, Brazil. Nov.20-22. Universita de Firenze, GKSS Forschungszentrum, CNPq. p. 12-315. 1995.

- GUERRA, G.A.D. *Das Associações de Lavradores aos Sindicatos de Lavradores Rurais*. Trabalho apresentado no VI Encontro Regional do PIPSA - 22-25.11.1988. mimeo.
- GUTIERREZ, G. *La Force Historique des Pauvres*. Paris, Ed. du Cerf, 1986
- HÉBETTE, J. *O Centro Agro-ambiental do Tocantins: Proposta e Desafios*. Proposta. Rio de Janeiro, xv (48), p. 32-37. 1991a.
- HÉBETTE, J. Occupation paysanne d'une région de frontière agricole et sa dynamique sociale: le cas de Pau-Seco / Cametau, Amazonie brésilienne.. A ocupação camponesa de uma área de fronteira e sua dinâmica local: o caso de Pau Seco / Cametau. In: *Agricultures Paysannes et Développement: Caraïbe-Amérique Tropicale*. Atas do Seminário Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural na Amazônia Oriental. 04-06 de Junho de 1991, Pointe -à- Pitre, SACAD, p. 65-98. 1991b.
- HÉBETTE, J. A luta sindical em resposta às agressões dos Grandes Projetos. In: HÉBETTE, J. (Org.) *O Cerco está se Fechando: o impacto do grande capital na Amazônia*. Petrópolis, Vozes; Rio de Janeiro, FASE ; Belém: NAEA/UFGA, p. 199-226. 1991c.
- HÉBETTE, J. Le Programme Centre Agraire du Tocantins-CAT. In: *25^e Congrès annuel 1989*. Guadeloupe. Société Caraïbe pour les Plantes Alimentaires, 25e Rencontre Annuelle, Vol.XXV, p. 136-143. 1991d.
- HÉBETTE, J. & ACEVEDO MARIN, R.E. O impacto da Belém-Brasília e o desenvolvimento do baixo terciário nas zonas urbanas da rodovia. In: HÉBETTE J. & ACEVEDO MARIN, R.E. *Colonização para Quem?* Belém, UFGA/NAEA, 1979
- HÉBETTE, J. & ACEVEDO MARIN, R.E. Mobilidade do trabalho e Fronteira amazônica. A Belém-Brasília. In: *Anais. II Encontro Nacional de Estudos populacionais*. Águas de São Pedro, ABEP, São Paulo, p.185-241. 1981
- HÉBETTE, J; ALVES, J.M; QUINTELA, R.S. Parenté, voisinage et organisation professionnelle dans la formation du front pionnier amazonien. In: ALBALADEJO, C. & TULET, J-C. *Les fronts pionniers de l'Amazonie brésilienne. La formation de nouveaux territoires*. Paris, L'Harmattan, p. 278-301. 1996
- LASAT- Avaliação das Ações do Programa CAT "viveiros agroflorestais e comercialização do arroz" a partir de estudos em 4 localidades. Relatório. 1994. mimeo.
- LEROY, J-P. *Uma chama na Amazônia*. Petrópolis, VOZES, Rio de Janeiro, FASE, 1991

- MARTINS, J.de S. *A chegada do estranho*. São Paulo, Hucitec, 1993
- MEDEIROS, L.S.de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro, FASE, 1989
- MENDES, C. *Contestation et Développement en Amérique latine*. Paris, PUF, 1979
- MENDRAS, H. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978
- MUCHAGATA, M.G.de; REYNAL, V; VEIGA Jr., Iran. *A construção do diálogo entre pesquisadores e agricultores através da experiência do CAT em Marabá-Pa*. Symposium international Recherches-Système en agriculture et développement rural. Montpellier, 21-25 Nov 1994. p. 1-9.
- PAIVA, F.G. Résister pour survivre. In: ALBALADEJO, C e TULET, J-C. *Fronts pionniers de l'Amazonie brésilienne: la formation de nouveaux territoires*. Paris. L'HARMATTAN, . p. 339-344. 1996
- PEREIRA, V. Entrevista a Jean Hébette em 20/08/1976
- REYNAL, V. de et al. *Agricultures familiales et Développement en front pionnier amazonien*. Paris, GRET, Belém, LASAT/CAT, Pointe-à-Pitre, DAT/UAG.1995. Edition bilingue: Français/Portugais.
- SCHMITZ, H. Desenvolvimento participativo de tecnologias: a experiência da mecanização na Transamazônica.. *Agricultura Familiar. Pesquisa, Formação e Desenvolvimento*. V.1, nº-1, UFPA/CAP, p. 1-20. 1996
- SIMÕES, A. A construção da Pesquisa-Desenvolvimento participativa: reflexões sobre a introdução da mecanização na Transamazônica. *Agricultura Familiar. Pesquisa, Formação e Desenvolvimento*. V.1, nº-1, UFPA/CAP, p. 59-79.1996
- TEPICHT. J. *Marxisme et Agriculture: le paysan polonais*. Paris, Armand Colin, 1973
- VELHO,O.G. *Frentes de expansão e estrutura agrária. Estudo do Processo de Penetração numa área da Transamazônica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1972
- WAMBERGUE, E; Pereira, T de; REYNAL, V.). As ações-testes, elementos de integração da pesquisa e do desenvolvimento. In: *Agricultures Paysannes et Développement: Caraïbe-Amérique Tropicale*. Atas do Seminário Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural na Amazônia Oriental. Pointe-à-Pitre, SACAD. p. 263-279. Traduction française p.281-293. 1991